



PPI PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS

NOVEMBRO 2016

Adalberto Santos de Vasconcelos

Secretário-Executivo Adjunto do PPI

(61) 3411-6410

Motivação do Programa de Parcerias de Investimentos

Cenário

- ✓ *Crise econômica e desemprego*
- ✓ *Gargalos de infraestrutura travando o crescimento*
- ✓ *Baixa qualidade dos serviços públicos de infraestrutura prestados à população*
- ✓ *Falta de padronização de procedimentos para contratação de serviços públicos*

Desafio

- ✓ *Implementar a boa governança no setor de infraestrutura*
- ✓ *Recuperar a credibilidade do País para se investir*
- ✓ *Estabelecer ritos e procedimentos para as contratações de serviços públicos*
- ✓ *Dar transparência e previsibilidade ao processo de contratação*
- ✓ *Expandir oferta de infraestrutura com qualidade, tarifas e preços adequados*
- ✓ *Promover ampla e justa competição na celebração de parcerias*
- ✓ *Assegurar estabilidade e segurança jurídicas para os contratos*
- ✓ *Fortalecer o papel regulador do Estado e autonomia das Agências Reguladoras*
- ✓ *Destruavar investimentos no setor de infraestrutura por meio de parcerias (concessões, PPPs e outras formas de desestatização);*
- ✓ *Passado (contratos assinados com o Estado) X Futuro*

Como destravar investimentos em infraestrutura no Brasil?

Planejamento e priorização

Planejamento de Infraestrutura de longo, médio e curto prazo;

Desenvolvimento de uma estrutura institucional responsável pelo **planejamento integrado** da infraestrutura

Estruturação de projetos

Coordenação no processo decisório dada a dispersão das competências para a estruturação dos projetos entre diversos ministérios e agências reguladoras setoriais

Acompanhamento de marcos claros do processo de contratação

Gargalos

Resolução dos gargalos que impedem o bom andamento da contratação ou que dificultam o bom andamento da realização de investimentos após a contratação

Licitação

Maior transparência e previsibilidade dos projetos e do “pipeline” de projetos futuros, atraindo mais e novos concorrentes que passam a ter **tempo adequado para participação no certame**

Regulação da execução

Clarificação, limitação e objetividade das condições para reequilíbrio dos contratos, **reduzindo o espaço para comportamentos oportunistas** de governos e concessionários e demora na resolução de pleitos.

Ao longo de todas as etapas, haverá diálogo e interação aberta e transparente com a sociedade, órgãos de controle e com os investidores interessados

Governança – Criação do Conselho do PPI

Conselho do PPI

Passa a exercer as funções do:

Conselho Nacional de
Integração de Políticas
de Transporte (**CONIT**)

Conselho Nacional de
Desestatização (**CND**)

Conselho Gestor de PPPs
(**CGP**)

- Política nacional de transporte intermodal

- Inclusão de empresas ou projetos, definição da modalidade e condições da desestatização ou celebração de contrato de parceria



Planejamento



Estruturação

Membros

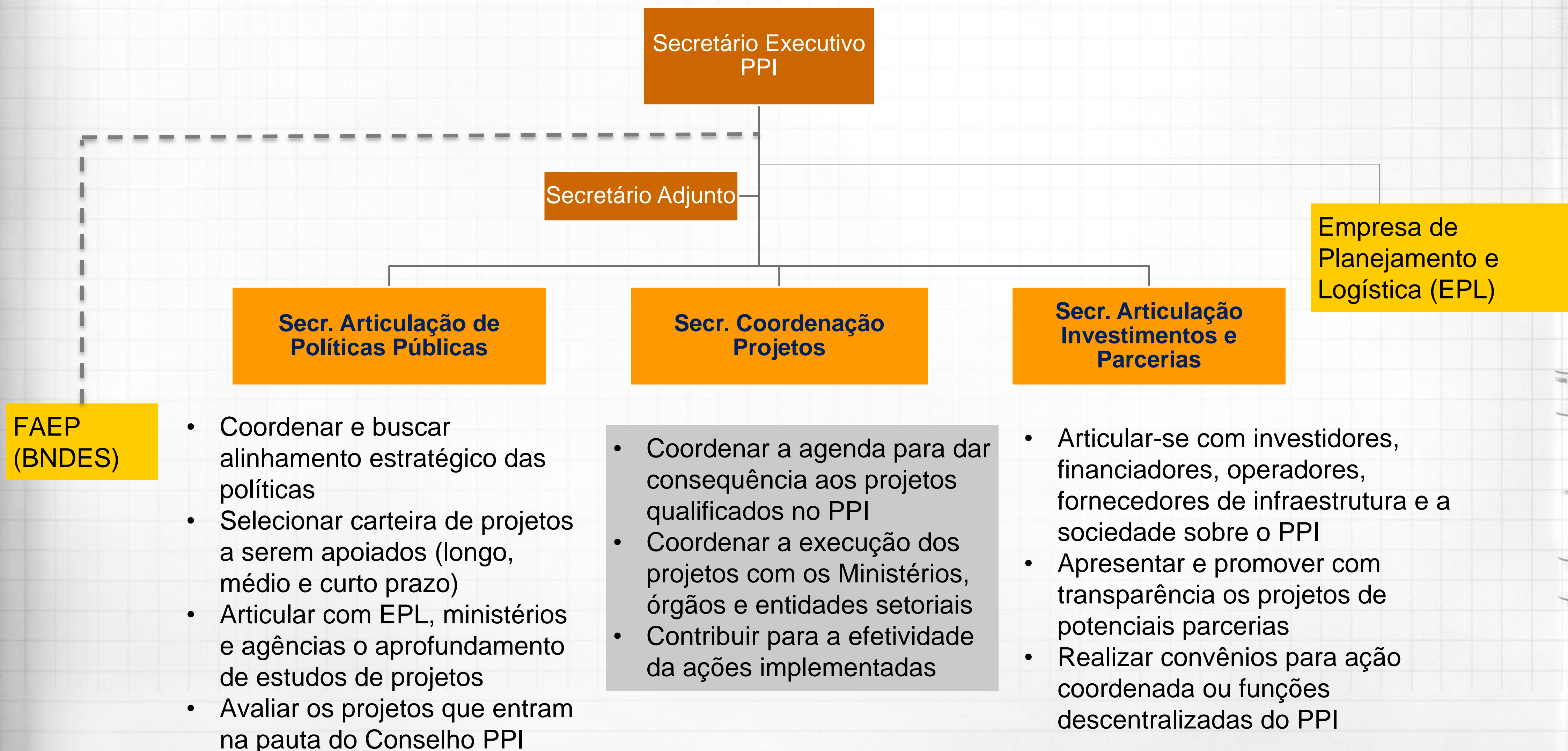
- **Presidente da República**
 - Secretário-Executivo do Programa de Parceria de Investimentos (secretaria executiva do conselho)
 - Ministros Casa Civil, Fazenda, Planejamento, Transportes e Meio Ambiente
 - Presidente BNDES e CAIXA
- Ministros setoriais, presidente da BB e presidentes de agências poderão ser convidados

Função

Recomendar ao Presidente:

- ✓ Aprovação de políticas de logo prazo para o investimento por meio de parcerias
- ✓ Inclusão dos projetos e suas diretrizes estratégicas
- ✓ cronograma de estruturação e acompanhamento da execução do PPI
- ✓ Políticas federais de fomento às parcerias em estados e municípios

Criação de estrutura enxuta e ágil diretamente vinculada à Presidência da República



As 10 diretrizes do PPI

1. As concessões serão conduzidas sob o máximo rigor técnico: só irão a mercado projetos com consistência e capacidade de gerar **retorno** à sociedade e investidores, impedindo concessões contaminada por arremedos, que põem em riscos a boa governança, com aditivos e reequilíbrios excessivos.
2. O foco será melhorar a prestação de serviço às pessoas e ao setor produtivo: o que queremos é garantir as condições logísticas e energéticas para melhorar a vida da população e reduzir os custos dos nossos produtos. Exigiremos melhorias de acordo com a **demanda** comprovada em cada projeto.
3. Para ampliar a segurança jurídica, todos os contratos terão indicadores claros: As cláusulas de **desempenho** protegerão o usuário ao fixar a qualidade do serviço como meta central da concessão. Os investidores saberão exatamente quais metas deverão atingir e como serão mensuradas.

As 10 diretrizes do PPI

4. Devolver às agências reguladoras o sentido de órgãos de Estado: As agências serão fortalecidas para cumprir seu papel de regular, monitorar e fiscalizar. A autonomia das agências é a garantia de que elas estarão comprometidas exclusivamente com o desenvolvimento dos setores que regulam.

5. Os editais só serão lançados depois de passar pelo debate público e pelo TCU: Todos os estudos elaborados para os projetos terão publicidade ampla, por meio de audiências e consultas públicas, sendo posteriormente submetidos ao TCU.

6. Os documentos licitatórios serão publicados em português e inglês: Essa foi uma das sugestões do CADE, que vem colaborando na elaboração deste novo modelo como forma de aumentar a transparência e facilitar a participação de investidores estrangeiros.

As 10 diretrizes do PPI

7. O prazo mínimo do edital será expandido: O prazo entre o edital e as propostas será no mínimo de 100 dias, para que mais investidores se preparem para as concorrências.
8. Projetos devem ter viabilidade ambiental demonstrada: Será obrigatório o licenciamento ambiental prévio ou as diretrizes para sua obtenção, que apontarão os ajustes para expedição da licença.
9. A forma de contratação do financiamento de longo prazo irá mudar: A tendência é que sejam contratados no início das obras, afastando a necessidade de empréstimos intermediários.
10. Para as concessões existentes, iremos trabalhar para que continuem compromissadas em garantir o equilíbrio dos projetos: buscam-se alternativas para a solução dos problemas existentes à luz das mudanças que estão configurando o novo ambiente regulatório.

-  Ferrovias
-  Rodovias
-  Aeroportos
-  Portos
-  Usinas hidrelétricas
-  Concessão de distribuição de energia elétrica
-  Mineração

Projetos prioritários de concessão pelo Brasil.

CRESCER

Construindo um Brasil de oportunidades.



CRONOGRAMA – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL

| PROJETOS | ESTIMATIVA DO EDITAL | ESTIMATIVA DO LEILÃO |
|---|----------------------|----------------------|
| Aeroporto de Porto Alegre | 4º trimestre/2016 | 1º trimestre/2017 |
| Aeroporto de Salvador | 4º trimestre/2016 | 1º trimestre/2017 |
| Aeroporto de Florianópolis | 4º trimestre/2016 | 1º trimestre/2017 |
| Aeroporto de Fortaleza | 4º trimestre/2016 | 1º trimestre/2017 |
| Terminais de combustíveis de Santarém (STM 04 e 05) | 4º trimestre/2016 | 2º trimestre/2017 |
| Terminal de Trigo do Rio de Janeiro | 4º trimestre/2016 | 2º trimestre/2017 |
| BR-364/365/GO/MG | 1º semestre/2017 | 2º semestre/2017 |
| BR-101/116/290/386/RS | 1º semestre/2017 | 2º semestre/2017 |
| EF-151 SP/MG/GO/TO Norte-Sul | 2º semestre/2017 | 2º semestre/2017 |
| EF-170 MT/PA Ferrogrão | 2º semestre/2017 | 2º semestre/2017 |
| EF-334/BA | 2º semestre/2017 | 2º semestre/2017 |

CRONOGRAMA – MINISTÉRIO DA FAZENDA

PROJETOS

ESTIMATIVA DO EDITAL

ESTIMATIVA DO LEILÃO

Loteria Instantânea - Lotex

2º semestre/2017

2º semestre/2017

CRONOGRAMA – BNDES

PROJETOS

ESTIMATIVA DO EDITAL

ESTIMATIVA DO LEILÃO

Distribuição de água, coleta e tratamento de
esgoto - CEDAE

2º semestre/2017

1º semestre/2018

Distribuição de água, coleta e tratamento de
esgoto - CAERD

2º semestre/2017

1º semestre/2018

Distribuição de água, coleta e tratamento de
esgoto - COSANPA

2º semestre/2017

1º semestre/2018

Monitoramento, acompanhamento, qualidade e fidedignidade das entregas e transparência

- ✓ Definir e gerenciar os principais marcos dos projetos qualificados no PPI (marcos claros, responsável, etc.) visando garantir a qualidade das entregas e o cumprimento dos prazos estabelecidos;

Exemplo de marcos: Estudos, Consulta Pública, Acórdão do TCU, Edital e Leilão;

- ✓ Assegurar a transparência na comunicação acerca do andamento dos projetos; (site: www.projetcrescer.gov.br);
- ✓ Manter os dados e informações dos projetos qualificados no PPI continuamente atualizados



Obrigado!

PPI PROGRAMA
DE PARCERIAS
DE INVESTIMENTOS